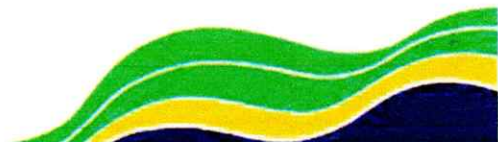


XXI Reunião Ordinária do Conselho Gestor Consultivo do Mosaico do Apuí

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas, no Auditório do Centro Multifuncional, localizado no endereço Rua Cuiabá, S/N, São Sebastião, município de Apuí/Amazonas, deu-se início à XXI, Reunião Ordinária do Conselho Gestor Consultivo do Mosaico do Apuí, tendo como pauta: Operação de Fiscalização do Mosaico do Apuí, Demarcação do Território da Comunidade Barra de São Manual, Atividades Desenvolvidas do ano de 2024 no Mosaico do Apuí. Dando prosseguimento a reunião, Sra. Aldeiza Lago (Gestora do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí) fez a conferência do quórum necessário para se iniciar a reunião. Fizeram-se presentes os conselheiros do **Conselho Gestor Consultivo do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí** de acordo com a lista de presença anexa, com a realização da primeira chamada dos conselheiros presentes, onde verificou-se que houve quórum necessário para composição do conselho, iniciando assim a referida reunião. A gestora da unidade de conservação Mosaico do Apuí Sra. Aldeiza Lago, iniciou a fala com a apresentação das pautas e posteriormente foi realizada uma rodada de apresentações dos presentes e dos técnicos da SEMA de Manaus que vieram dar apoio para realização da reunião. Logo após a gestora da unidade a Sra. Aldeiza Lago deu continuidade abordando a **primeira pauta** onde foi feita uma apresentação sobre as medidas que estão sendo realizadas para combater os ilícitos ambientais que vem ocorrendo na área do Mosaico, falou sobre a demanda que foi solicitada pelo Ministério Público para que fosse executada uma ação de fiscalização na região do Guariba, ação essa realizada em conjunto com o IPAAM, o IBAMA e o Batalhão Ambiental nos dias 17 a 19 de setembro, relatou sobre as ameaças que receberam dos indivíduos que praticam esses crimes, o Sr. Mair relatou sobre a preocupação e o medo de realizar a coleta de castanha por ameaças recebidas, mas que devido a necessidade de trabalhar tem que passar por essas situações. A gestora falou sobre a placas que tinham instaladas, inclusive uma com licenciamento ambiental autorizando recuperação de ramal aberto clandestinamente (licença essa que acreditasse ser falsa, que está sendo investigada). A área não possui moradores, então esse ramal serve para acessar essa região para retirada de madeira e grilagem de terra. Como é uma região distante não é possível realizar fiscalizações frequentes, devido a logística envolvida, e são pessoas de poder e influência que financiam esses ilícitos. A secretária Fabricia complementou falando sobre o ramal que tem origem no estado do Mato Grosso, que é de



31 difícil visualização pois é feito por baixo da copa das árvores, como a Sema não faz fiscalização
32 solicita apoio ao IPAAM, nessa ação a Sema foi responsável por articular e organizar essa ação
33 de fiscalização em parceria com os outros órgãos, que essa é uma pauta muito cara e não tem
34 como deixar um servidor fixo na região pelo isolamento e extensão da área, o que é possível é
35 realizar rotinas de fiscalização nesse território. Esperasse um concurso para o IPAAM em 2025
36 o que vai ampliar o número de técnicos, pois é um quantitativo pequeno para atender todas as
37 solicitações de fiscalização. Essas áreas críticas estão sendo mapeadas e acompanhadas, com
38 captação de recursos por meios de projetos para minimizar essa problemática. A **segunda**
39 **pauta** tratou sobre apresentação do Sr. Manuel sobre a área na qual está localizada a
40 comunidade centenária da Barra de São Manuel, área esta não destinada, que encontra-se com
41 uma solicitação de regularização fundiária junto ao INCRA, que tem de um lado o Parque
42 Nacional do Juruena (sobreposto a área que possui comunidades indígenas) e do outro a RDS
43 Bararati, a região é bastante problemática, tem dificuldade para o acesso a saúde, educação,
44 etc. Existe um planejamento para o turismo feito pelo ICMBIO ao qual a comunidade deve
45 aderir, no entanto os indígenas que fazem uso da área começaram a proibir os comunitários a
46 utilizarem o rio Juruena e quererem cobrar pelo uso, isso se deve ao ICMBIO ter feito um
47 zoneamento delimitando as áreas, mas não convidou a SEMA e as comunidades para
48 participarem desse levantamento. Foi perguntado desde quando existem moradores na área,
49 acredita-se que seja desde 1892, mas acham que pode ser anterior a isso. Isso vem gerando
50 inúmeros conflitos, pois os indígenas acham que podem mandar em todo o território. A
51 secretária informou que quando à conflito na área a região pode ser embargada, enquanto não
52 tiver um Termo de Cooperação Técnica entre SEMA e ICMBIO não desembarga. O secretário de
53 Meio Ambiente Sr. Domingos Bonfim contextualizou sobre a questão fundiária e da criação do
54 município de Apuí, sobre a criação das unidades de conservação e os **Projetos de Assentamento**
55 **Agroextrativistas** (PAE), o Parque Nacional do Juruena (criado pelo IBAMA) criado sobrepôs um
56 dos PAE e não contemplou a área da comunidade, que deixou de ser PAE e ficou como área não
57 destinada. Deste modo os comunitários não conseguem ter acesso a benefícios e projetos do
58 governo, deixando a comunidade sem muitas alternativas econômicas, como opção de renda
59 começaram a trabalhar com o turismo, onde vem se deparando com esses conflitos de uso do
60 território. Que apesar desses contratempos trazidos pela sobreposição em relação aos



61 territórios, a criação dessas unidades de conservação na região foi de fundamental importância
62 para manter a preservação dessa área e diminuir as invasões e ilícitos. A **terceira pauta** foi uma
63 apresentação sobre o Mosaico do Apuí, explicando sobre o que são unidades de conservação e
64 sua importância para a conservação ambiental e a proteção do território, localizada nos
65 municípios de Apuí e Novo Aripuanã, fazendo fronteira com o estado de Mato Grosso. Explanou
66 sobre cada uma das 9 unidades, que são 2 de Proteção Integral e 7 de Uso Sustentável, antes
67 da criação das unidades já não haviam moradores na área devido ao difícil acesso, o que existe
68 são populações tradicionais que vivem no entorno do Mosaico. No entanto devido as
69 dificuldades enfrentadas, as pressões e ameaças, muitos moradores migraram para sede do
70 município. A **quarta pauta** foi a apresentação das atividades Desenvolvidas no ano de 2024 no
71 Mosaico do Apuí: atendimentos realizados no Centro Multifuncional; entrega de cestas básicas
72 do Programa Arpa nas comunidades do Rio Aripuanã, Barra de São Manuel ; reuniões dos
73 Conselhos CONSEMA e CMDRS; reuniões de equipe, vistoria e avaliação da Base do Mosaico
74 do Apuí; participação das reuniões do Conselho Gestor da FLONA Aripuanã e REBIO Manicoré;
75 Censo nas comunidades do Rio Aripuanã, Guariba, Barra de São Manuel (Rio Tapajós e Juruena);
76 reunião com Lideranças da Barra de São Manuel; Missão de sinalização e monitoramento de
77 pressões e ameaças no Rio Aripuanã; viagem a Manaus para cumprir agenda na Sede de
78 Manaus; Mobilização do Agente Ambiental Voluntário e Monitoramento da Biodiversidade;
79 Apoio ao Curso de Capacitação dos brigadistas lotados no município; reunião com as
80 instituições REDDA e ASAGA; reunião pagamentos por serviços ambientais (café Apuí/IDESAM);
81 identificação de covas de Quelônios no rio Guariba e Aripuanã; Apoio Operacional de
82 fiscalização de pressões e ameaças na RESEX do Guariba; Reunião com Gestores da SEMA Mato
83 Grosso; entrega de cestas básicas na região Rio Aripuanã e Guariba; participação na oficina de
84 elaboração do Plano de Manejo da FLONA de Novo Aripuanã; participação do terceiro
85 campeonato de qualidade de café agroflorestal do Apuí; Sobre o monitoramento de Quelônios
86 o Sr.Mair sugeriu que se tenha um monitor em cada setor pra fazer esse controle e cuidado dos
87 tabuleiros, para evitar a predação humana. A Sra. Adila contou sobre a experiência promovida
88 no Rio Negro, que por meio de sensibilização e capacitação conseguiram envolver as pessoas
89 que praticavam a retira ilegal dos ovos para começarem a participar do monitoramento dos
90 quelônios. A gestora informou que a soltura dos quelônios está prevista para serem realizadas



91 no mês de fevereiro de 2025 (15 ou 22). Foram realizados uma serie de encaminhamentos:
92 **Encaminhamento 1:** a próxima reunião do conselho gestor ficou marcada para os dias 13 e 14
93 de maio, prevendo a renovação do conselho; **Encaminhamento 2:** Novas capacitações para
94 Agentes Ambientais Voluntários; **Encaminhamento 3:** Capacitação dos quelônios;
95 **Encaminhamento 4:** Monitoramento da Biodiversidade; **Encaminhamento 5:** Fortalecimento
96 das Organizações Sociais. **Informes: a. Informes ICMBIO** - o Sr. Caio do ICMBIO informou que as
97 unidades de conservação Floresta Nacional de Novo Aripuanã e REBIO Manicoré estão sendo
98 geridas em conjunto, que o conselho consultivo foi ativado e esse ano está sendo elaborando
99 o Plano de Manejo das duas unidades que foi construído em conjunto com outras instituições
100 e os comunitários que são os principais interessados e os que mais devem ser ouvidos, esse
101 Plano deve ser publicado até maio de 2025. A gestora encerrou a reunião as 15h15min fazendo
102 uma revisão do que foi discutido durante o dia, e informou que era para ocorrer apresentações
103 de instituições parceiras (REDDA, FAZENDA BOA FÉ - ECOLÓGICA), mas que devido a conflitos
104 de agenda não foi possível participarem, por isso a reunião se encerrou antes do horário que
105 estava previsto.

106 Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e 30 minutos,
107 no Auditório do Centro Multifuncional, localizado no endereço Rua Cuiabá, S/N, São Sebastião,
108 município de Apuí/Amazonas, deu-se início ao segundo dia da XXI Reunião Ordinária do
109 Conselho Gestor Consultivo do Mosaico do Apuí. Iniciou-se com uma fala da gestora Aldeiza
110 informando que a pauta de hoje seria conduzida pela Secretária Fabricia e pela Chefe de
111 Departamento Alex-Sandra. A secretária deu a boas-vindas a todos e falou que é importante
112 que tirem todas as dúvidas e façam perguntas sobre a temática. Em seguida a Sra. Adila Mattos
113 realizou uma dinâmica, onde deveriam ficar em duplas e terão 5 minutos para fazerem
114 perguntas sobre a pessoa e que animal a pessoa acha que o representa, após um deverá
115 apresentar o outro. A intenção da dinâmica é que os participantes interajam e se conheçam, é
116 possível ver a diversidade de pessoas, sendo a maioria dos presentes lideranças que buscam
117 melhorias para seus territórios e para qualidade de vida do município em que vivem. Em
118 sequência a Secretária deu início a primeira pauta do dia que trata sobre Projeto de Crédito de
119 Carbono, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, deixando bem claro
120 que são em áreas localizadas apenas em unidades de conservação, apresentou o histórico da



121 legislação estadual do REDD+, seu conceito, seu funcionamento, explicou como foi criado o
122 processo dentro da SEMA para que os participantes pudessem entender melhor sobre o
123 assunto. Atualmente existem 33 agentes executores de serviços ambientais cadastrados,
124 depois dessa seleção e regulamentação do REDD+ no Decreto Estadual, após foi feito um edital
125 (2023) para recebimento de propostas para áreas de conservação estadual, tiveram 57
126 propostas para 27 unidades, a SEMA instituiu uma comissão (publicada) que analisaram essas
127 propostas de projeto de REDD+, ao final foram selecionadas 21 propostas para 21 unidades de
128 conservação. Agora está na fase de celebrar o contrato com esses agentes executores, o projeto
129 tem um tempo de prazo para desenvolver os estudos e o dossiê que será submetido a uma
130 certificadora reconhecida internacionalmente (VERRA). O projeto é do Governo do Estado do
131 Amazonas, o agente habilitado é apenas o desenvolvedor do projeto. Repartição dos benefícios
132 no edital estimou-se até 15% para taxas administrativas do agente executor de serviços
133 ambientais, sua remuneração se limita até 15%. Definido isso, será feita a repartição de 50% às
134 Unidades de Conservação e 50% ao FEMUCS, os projetos submetidos ao fundo devem estar
135 voltados a questão de mudanças climáticas de modo em geral. Nessa segunda fase vai ser
136 construído um Plano de Ação para ser implementado nas unidades de conservação, dar-se início
137 a Consulta Livre Previa Informada - CLPI, no entanto a situação do Mosaico possui
138 características diferentes uma vez que não existem moradores dentro das unidades, no entanto
139 devido existirem comunidades no entorno que usufruem dos recursos ambientais, entendessee
140 que os mesmos podem opinar e participar dessas consultas. Esses recursos são coletivos não
141 individuais, não são pagos diretamente aos comunitários e usuários do território, os recursos
142 serão recebidos por meio de pagamentos por serviços ambientais. O agravante da situação do
143 território do Mosaico, é a pressão e os ilícitos ambientais que vem ocorrendo, o município de
144 Apuí liderou o *rank* dos focos de calor no período de 01 de janeiro a 04 de novembro de 2024,
145 houve a redução de 43% no desmatamento no período de 1 de janeiro até 06 de dezembro de
146 2024, mas ocorreu o avanço das queimadas. Foi conseguido avançar no eixo de comando e
147 controle, precisa ser melhorado os eixos de bioeconomia e regularização fundiária, isso dentro
148 de unidade de conservação. A unidade de conservação consegue agir como um limitador dessa
149 degradação, apesar disso é necessário melhorar as ações que são desenvolvidas principalmente
150 nas áreas federais. Do Mosaico as unidades de conservação que receberam proposta foram a



151 Floresta Estadual Sucunduri e Parque Estadual Sucunduri, tendo como proposta habilitada a
152 proposta apresentada pelo agente executor de serviços ambientais *Future Carbon S.A.* que
153 estima que a geração de crédito de carbono gire em torno de 527.097 T e 798.380 t
154 respectivamente, o que gera uma receita bruta estimada em R\$ 390.095.918,00 e
155 590.868.756,00, tendo sido apresentado nas propostas uma variação de preço da tonelada em
156 torno de R\$ 31,00 a R\$ 36,00. Quem gerencia a proposta de comercialização é a agência
157 executora, mas qualquer proposta de comercialização tem que ter a anuência do Estado, uma
158 vez que para o desenvolvimento de todo o processo tem que haver a participação dos
159 comunitários por meio da CLPI. Só será aberto novo edital para áreas que não obtiveram
160 proposta após a finalização desse ciclo, tirar todo o aprendizado e lições do que ocorrer.
161 Finalizações das prévias devem ocorrer na próxima reunião de conselho previstas para datas de
162 13 a 15/05/25. A SEMA recebeu visitas do INCRA e ICMBIO para conhecer o processo de projeto
163 de REDD+ em UCs, pois a SEMA é pioneira nos estados do Brasil. Houveram denúncias sobre os
164 procedimentos que estão sendo adotados para o desenvolvimento do projeto, mas todas foram
165 respondidas. Existe muita expertise para criar legislação, mas não para implementá-las. As
166 etapas a serem desenvolvidas são: alinhamento, CLPI (dinâmico), assinatura de contrato,
167 desenvolvimento do projeto, implementação e monitoramento, venda de créditos e repartição
168 de benefícios. Em sequência foi projetado o mapa do Mosaico para se situar da localização das
169 áreas que tem proposta de REDD+, todo o diálogo vai ser voltado para essas duas áreas, o
170 Parque é uma categoria de proteção integral e devido a isso a mesma não é utilizada pelos
171 moradores do entorno, no qual os participantes informaram que estão de acordo uma vez que
172 fora esses fatores ainda é de difícil acesso, mesma situação da Floresta, a qual o Sr. Milton
173 informou que houve uma época que a empresa Muraki que tinha um projeto de Manejo
174 Madeireiro que não foi dado prosseguimento devido a distância e difícil acesso pois não era
175 viável para ser feitas essas atividades e por isso não teria área melhor do que essas para serem
176 utilizadas no projeto de carbono. Os territórios que se faz uso são RDS Bararati, RDS Aripuanã,
177 Resex do Guariba, Floresta do Apuí. O Sr. Domingos questionou se é possível realizar atividades
178 de concessão florestal nessas áreas do projeto, o qual foi informado que não é excludente a
179 existência de projeto de REDD+ a existência de Concessão Florestal, mas hoje não é viável pois
180 não tem recurso para desenvolver os estudos necessários. O Sr. Caio questionou se o executor



181 poderia desenvolver o plano de Manejo junto com o projeto de REDD+, o qual foi informado
182 que no presente edital é permitido apenas sobre o crédito de carbono. O Sr. Milton informou
183 que vislumbram a concessão florestal na Floresta Sucunduri em decorrência da liberação da
184 concessão na FLONA Jatuarana, que facilitaria o acesso a área, isso para o futuro. A Sra. Alex-
185 Sandra informou que essa é uma área que está parada e o projeto de Carbono é uma atividade
186 que já pode ser implementado em um menor prazo, mas que no caso da concessão é necessário
187 realizar uma estruturação para realização dos estudos um trabalho de longo prazo que
188 demandaria recursos, recursos esses que podem advir dos benefícios do REDD+, fora que essa
189 concessão deve passar por Consulta Pública. Foi questionado sobre retirada de madeira para
190 subsistência, para uso dos comunitários e possibilidade de manejo comunitário, o qual foi
191 informado que existe uma Resolução do CEMAAM que possibilita a utilização dessa madeira
192 desde que seja solicitado ao órgão Gestor SEMA, e no caso do Manejo deve ser solicitado o
193 Licenciamento Ambiental ao IPAAM que por estar em área de conservação obrigatoriamente
194 deve ser encaminhado a SEMA.

195 O Sr. Caio sugeriu que seja incluso no estudo do Projeto de REDD+ o levantamento da
196 viabilidade da concessão florestal. A Sra. Monique informou que o Plano de Concessão do
197 FLONA Jatuarana foi para o TCU, após enviado ao Serviço Florestal e agora está no jurídico do
198 mesmo. Foi citado sobre a recente aprovação da Lei 15.042/2024 pelo presidente Lula, o qual
199 foi informado que existem dois tipos de REDD+ o jurisdicional e o voluntário. O Sr. Milton
200 realizou uma crítica sobre a distância do Estado e a demora para apresentação dos projetos,
201 também questionou sobre a possibilidade de submissão de projetos ao Fundo tendo em vista a
202 distâncias das comunidades das unidades, e o tempo que isso ainda vai demorar. Ao qual a
203 Secretária acolheu a crítica e informou que a demora se deu em virtude de estarem organizando
204 e sancionando a legislação que trata da temática, lembrou que não há transferência de
205 recursos, apenas o pagamento por serviços ambientais e que os projetos devem ser
206 submetidos, e tem que ter em mente que o projeto tem início, meio e fim que vai ser utilizado
207 para alavancar os produtores, devem ser desenhados sempre de forma coletiva. Quanto ao
208 tempo que ainda vai levar informou-se que após a assinatura do contrato, que deve ocorrer no
209 começo de 2025, os executores têm um prazo de 18 meses para que os estudos sejam
210 realizados, após isso vai ser analisado e aprovado pela certificadora, sendo aprovado pode



211 iniciar a comercialização, e devido a ser uma área do estado tudo deve ter autorização pela
212 SEMA. Tendo em vista as áreas não terem moradores, após uma avaliação jurídica, será
213 apresentado pela SEMA como se dará a anuência a implementação ou não ao Projeto de REDD+
214 nas duas áreas do Mosaico. O projeto de REDD+ visa o desenvolvimento da bioeconomia da
215 região. Questionaram o papel do agente executor no projeto de REDD+, ao qual foi respondido
216 que ele é o desenvolvedor, precisa contratar a mão de obra adequada para os estudos que
217 serão realizados, após deverão submeter a certificadora para aprovação, em seguida atuarão
218 na comercialização dos créditos de carbono, na repartição dos valores e administração de parte
219 dos recursos (que são públicos, não da empresa). Pelo projeto podem ser contratados apenas
220 consultores. O papel primordial do Conselho Gestor é a Elaboração do Plano de Ação (o que
221 querem para o desenvolvimento dessa área, demandas que acham importante) que deve estar
222 condizente com o que está contido no Plano de Gestão, esse plano será construído nas reuniões
223 do Conselho. Após o almoço deu-se continuidade as discussões a respeito da submissão de
224 projetos, a Sra. Adila fez uma dinâmica dividindo os presentes em 3 grupos para realizar uma
225 atividade para identificar o que foi assimilado pelos comunitários sobre os assuntos explanados
226 e debatidos, foram escolhidas algumas palavras chave (etapas) para que criassem um roteiro
227 do que foi apresentado, o grupo 01 ficou com CLPI (dinâmico) e Assinatura do contrato, o grupo
228 02 ficou com desenvolvimento do projeto do e implementação e monitoramento, o grupo 03
229 ficou com venda de créditos e repartição de benefícios, foi dado o tempo de 20 minutos para
230 debaterem. Iniciou-se as apresentações com o grupo 01, que destacaram que nas 2 unidades
231 de conservação não existe moradores desse modo não é necessário realizar a Consulta Livre
232 Previa e Informada - CLPI que está instituída na OIT-169, mas surgiu a dúvida caso surjam
233 pessoas que aleguem que são donos do território e apresentam títulos se isso traria o
234 processo, foi informado que isso deve estar identificado no Plano de Gestão das unidades, e
235 não há registros disso. Para assinatura do contrato deve ter a anuência do Conselho Gestor, e
236 a assinatura do contrato não traz nenhuma restrição a utilização da atividade desde que esteja
237 contemplada no Plano de Gestão, outra dúvida que surgiu é se tudo que vai ser desenvolvido
238 tem que estar relacionado as mudanças climáticas e melhorias da bioeconomia, ao qual foi
239 respondido que qualquer atividade a ser desenvolvida tem que estar lincada com essa temática.
240 O grupo 02 chegou na conclusão que o desenvolvimento do projeto deve seguir o que está no



241 plano de gestão, e como serão desenvolvidos os estudos nas áreas, para o desenvolvimento
242 dos Planos de Ação e sua execução, a partir daí vem o monitoramento com realização de
243 fiscalização e o acompanhamento que deve ser feito a longo prazo para garantir a conservação
244 da área, os resultados e acompanhamento podem ser apresentados durante as reuniões do
245 conselho. A secretária complementou que não são empresas, são agentes executores de
246 serviços ambientais habilitados que não tem vínculos, a certificação não é realizada pelo Estado,
247 quem realiza é uma certificadora de reconhecimento internacional que é sinalizada pelo
248 executor quando o mesmo submete a proposta, a certificação é anual e é feita por uma
249 auditoria externa ao processo, a metodologia utilizada é a fornecida pela certificadora. Sendo
250 o monitoramento realizado pela SEMA, podendo o conselho gestor sinalizar discrepâncias. O
251 grupo 03 entendeu que a venda de créditos de carbono ainda faz parte da agenda do executor,
252 que vai além da repartição dos recursos e as atividades que serão executadas, o contrato deve
253 estar disponível para acesso mesmo que não se possa decidir suas cláusulas, mas que vão poder
254 se envolver nas discussões e elaboração do Plano de Ação, podendo o conselho se manifestar
255 e cobrar caso ocorra algum desvio no caminho traçado, é importante trazer informações sobre
256 essa temática, pois é algo recente, até mesmo a legislação ainda está sendo adequada para
257 trazer segurança jurídica, que os erros enfrentados devem ser vistos como lições e deve-se
258 avançar nessas tratativas, pois é uma alternativa financeira, no entanto é um mercado
259 temporário. Vem para financiar uma transição no modelo de desenvolvimento atual. O Sr. Caio
260 falou sobre a recomendação do Ministério Público Federal sobre a não continuação na
261 implementação de REED+ se não houver CPLI, falou que devido a isso e a não sentir segurança
262 na legislação provavelmente no futuro deverá ser modificado e alterado os projetos, ao qual a
263 secretária respondeu que o Estado não acolheu a recomendação do MPF e apresentou ao
264 mesmo as argumentações técnicas e jurídicas que fundamentaram o não acolhimento. O Sr.
265 Manuel falou que não considera que a discussão sobre crédito de carbono seja nova, o que é
266 novo é a regulamentação, e que já estamos atrasados para esses debates. **Encaminhamento**
267 **06:** que na próxima reunião seja aprofundada as informações sobre a diferença entre REED+
268 jurisdicional e REDD+ voluntário. A secretária disse que é muito importante o
269 comprometimento que tiveram com a agenda para essas discussões, trazerem suas
270 contribuições e tirarem suas dúvidas. A gestora Aldeiza encerrou a reunião falando sobre como



271 o papel do Conselho Gestor é fundamental nessas discussões, e que os conselheiros repassem
272 as informações em suas comunidades e instituições. Em ato contínuo, a presente ata após
273 redigida e lida por mim Shayene Ariene Rossi Viana Bonfim (SEMA) e devidamente aprovada
274 pelos conselheiros presentes e assinada. Nada mais a tratar, a reunião se encerra às 17h15min.

275 Elandio Santos Nogueira

276 Shayene Ariene Rossi Viana Bonfim

277 Mário de Jesus S. Brandão

278 Paulo Roberto de Souza

279 Prof.ª Maria Carolina de Sousa

280 Salma Palma

281 Victor Felipe Tenesini

282 Marcelo de Riquelme

283 João Hilário B. de Brito

284 _____

285 _____

286 _____

287 _____

288 _____

289 _____

290 _____

291 _____

292 _____

293 _____

294 _____

295 _____

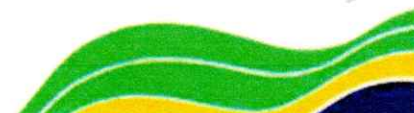
296 _____

297 _____

298 _____

299 _____

300 _____



LISTA DE FREQUÊNCIA DE REUNIÕES/EVENTOS

XXI REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DO APUÍ

LOCAL	CENTRO MULTIFUNCIONAL DE APUÍ				DATA				
					HORA INÍCIO				
					HORA TÉRMINO				
INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES									
N.º	NOME	COMUNIDADE /INSTITUIÇÃO	HÁ QUANTO TEMPO MORA NA COMUNIDADE	PROFISSÃO	CONTATO		SEXO		IDADE
					E-MAIL	TELEFONE	M	F	
1	José Manoel C. Pereira	Bama	35	Professor	manuel.cardezo@gmail.com	93 99224-5239	X		35
2	Antonio Tobio	Borka	57	Autorvorno		93 9984239	9839		57
3	Paulina B. de Barros	Colônia	20	PEscadeira	coloniaapui	9798408503	X		57
4	Marcelo Cavalcanti	B. da Vitoria	40	Desenho		97 991991204	X		64
5	Mrs. Inaldo N. P.	AATBT	49	Turismo		66 99654732	-	X	49
6	Mrs. de Jesus S. R. Mendes	Sintrop	22	Sec. Regional	marcelomendes	87 99915442	X		54
7	Benedito F. de B. G. B. G.	Servico	35	Senetario		97 99183184	X		50
8	MARCELANO, L. BARROS	PMF - NOVA G.		CAFE DE GAR	marcelano17@hotmail.com	92 98509239	X		50
9	Eloncio Santos Inguaro	MAAM	26	Artesista III	elondias99@gmail.com	97 991758913		X	26
10	João Felício B. de Barros	IOSA		Eng. Agrônomo	DASTOSJHB@Gmail.com	92 99683849	X		38
11	Caio José Machado da Veiga	ICMBio Humaitá		Analista Ambiental	caio.veiga@icmbio.gov.br	71 99911-6161	X		28
12	Monique Lucila N. de Brito	ICMBio Humaitá		Técnica Ambiental	monique.prado@icmbio.gov.br	69 99221-2001		X	39
13	Verônica Cavalcanti	PMF - NOVA G.		Técnica Amb.		97 99818559	X		41
14	Wilton Felipe Senadini	ADSSAM	5 anos	Agente de	wendimendes99@gmail.com	97 98432-5339	X		24
Apuí (AM), 17 de Dezembro de 2024					Assinatura:				

LISTA DE FREQUÊNCIA DE REUNIÕES/EVENTOS

XXI REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DO APUÍ

LOCAL	CENTRO MULTIFUNCIONAL DE APUÍ					DATA			
						HORA INÍCIO			
						HORA TÉRMINO			
INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES									
N.º	NOME	COMUNIDADE /INSTITUIÇÃO	HÁ QUANTO TEMPO MORA NA COMUNIDADE	PROFISSÃO	CONTATO		SEXO		IDADE
					E-MAIL	TELEFONE	M	F	
15	Vanderlei G. de F. da Silva	Indaia		ADM.	vanderlei.g@sema.am.gov.br	92 983 72 9120		X	34
16	DAISY HUBER	INOCRA		ADM/CEPE	vce3b@sema.am.gov.br	92 983 72 9120			
17	MILTON DALBEM	AOSSAM	20 ANOS	AGRICULTOR	DALBEM@sema.am.gov.br	92 983 72 9120	X		65
18	Alba Maria Portela Mello	SEMA		Serv. Pública	adulmello@sema.am.gov.br	92 983 72 9120		X	33
19	Bruna de Oliveira dos Santos	SEMA		Serv. Pública	brunip@sema.am.gov.br	92 983 72 9120		X	31
20	Aluísio de Oliveira Junior	SEMA		Serv. Pública	alu@sema.am.gov.br	92 983 72 9120		X	30
21	Vanilla de Jesus	SEMA		Serv. Pública	vanilla@sema.am.gov.br	92 983 72 9120		X	30
22	Edson de Jesus	SEMA	—	Serv. Público	edson@sema.am.gov.br	92 983 72 9120		X	43
23	Cherise R. de Jesus	SEMA		Serv. Pública	cherise@sema.am.gov.br	92 983 72 9120		X	32
24	Adriana de Jesus	ADANAT		Ag. Des. Rural	adriana@sema.am.gov.br	92 983 72 9120	X		36
25	Keila Borges de Jesus	SEMA	2	Ger. Com. Ambiental	keila@sema.am.gov.br	92 983 72 9120		X	35
26	Sebastião de Jesus	SEMA	3 ANOS	Ag. Agrop. e Pesca	sebastiao@sema.am.gov.br	92 983 72 9120		X	24
27	Cherise R. de Jesus	SEMA		Brigada de Defesa Ambiental	cherise@sema.am.gov.br	92 983 72 9120	X		25
28	Maurício L. de Jesus	SEMA	02 ANOS	Brigada de Defesa Ambiental	mauricio@sema.am.gov.br	92 983 72 9120		X	25
Apuí (AM), 17 de Dezembro de 2024					Assinatura:				



XXI REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DO APUI

meioambiente.am.gov.br
instagram: @semaamazonas
youtube.com/semaamazonas

protocolo@sema.am.gov.br
Fone: (92) 3659-1822
Av. Mário Ypiranga, 3280 -
Parque 10 - Manaus/AM

Secretaria do
Meio Ambiente

LISTA DE FREQUÊNCIA DE REUNIÕES/EVENTOS

XXI REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DO APUÍ

LOCAL		CENTRO MULTIFUNCIONAL DE APUÍ			DATA			
					HORA INÍCIO	HORA TÉRMINO		
INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES								
N.º	NOME	COMUNIDADE /INSTITUIÇÃO	HÁ QUANTO TEMPO MORA NA COMUNIDADE	PROFISSÃO	CONTATO		SEXO	IDADE
					E-MAIL	TELEFONE		
	MARCELANO R. BARROS	PMMA-NOVA 6		CHefe GABINETE	MACIL20173@GMAIL.COM	(92) 983913350	X	50
	Monique S. M. do Prado	IGUAÇU YUNHATA		TEC. AMBIENTAL	monique.prado@disney.com.br	(69) 99221-2901	X	39
	Victor Felipe Soudini	ADSSAM	Sauces	Docente/P	viniciusmota9354@gmail.com	(42) 93432-3359	X	24
	Jose' Manoel C. Souza	BARRA	35	Professor		93 992245238	X	35
	Antonio Fabio	Barra	57	Autoservico		(93) 91543496398	X	54
	Armando R. R. R.	Barra	35	Gerente		(93) 991831189	X	50
	Emanuel Aguiar	SPAAU	6 meses	Acesso III	danilo598@gmail.com	(97) 991758913	X	26
	Fabiano Augusto Moreira	SEMA	-	Sec. Adjunto	fabiano.ama@gmail.com	92 98836-6030	X	43
	Valdionora Faria de Almeida	SEMA	-	Eng. Fibretil	valdionora.faria@gmail.com	92 994591507	X	38
	Alba Maria Botelho Mallos	SEMA	-	Serv. Publica	adilemabotelho@gmail.com	93 91216-4512	X	33
	Bruna de Oliveira dos Santos	SEMA		Sec. Publica	brunulps@gmail.com	991453065	X	31
	Manoel de Jesus S. Brandão	Sinifado	29 ANOS	sec. Restaur	manuabrandao@gmail.com	93 9543317	X	55
	Paulina R. Barros	Colônia 4	10. ANOS	PEGA de R	97994082903		X	52
	Maria Vitoria Santos			Unibritania		63981728504	X	19
Apuí (AM), 18 de Dezembro de 2024				Assinatura:				



GOVERNO DO ESTADO

XXI REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DO APUI

CENTRO MULTIFUNCIONAL DE APUÍ

LOCAL	CENTRO MULTIFUNCIONAL DE APUÍ					DATA			
						HORA INÍCIO	HORA TÉRMINO		
INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES									
N.º	NOME	COMUNIDADE /INSTITUIÇÃO	HÁ QUANTO TEMPO MORA NA COMUNIDADE	PROFISSÃO	CONTATO		SEXO		IDADE
					E-MAIL	TELEFONE	M	F	
	Caio JM Veiga	ICMBio Humaitá		Analista Ambiental	caio.veiga@icmbio.gov.br	71 99911-6161	X		28
	Luciano Cavalcante			tec. meio Amb		(97) 98118-5541	X		41
	marinaldo montes								49
	Thaynara Lima Rodrigues	SEMA			thaynara.lima@sema.ap.gov.br	(92) 981227885		X	32
	Adriano dos Santos	ADSS-AM	4 anos	Coordenador de Recursos	adriano@adss-am.gov.br	97 984471058		F	45
	Elisabete Rodrigues de Fátima			Agricultora	elisa@fatima.com			F	61
	Adriana Viana								
	Teilo Borges de Paula	SEMA	2	tec. Cons. Ambiental	teilo@sema.ap.gov.br	97 981538352		X	36
	Claiton da Silva Souza	SEMA		Brigadista	claiton@sema.ap.gov.br	97 984522256	X		24
	Paula Santos de Oliveira	SEMA		Brigadista	paola@sema.ap.gov.br	97 984221765		X	27
	Maurício Romarino Costa	SEMA	7	Brigadista	mauricio@sema.ap.gov.br	97 984256973		X	25
	Diego Siqueira	SEMA	8 anos			(97) 98420984	X		35
	Letícia Vellozo de Souza	SEMA		Brigadista	leticia@sema.ap.gov.br	97 98485316		X	23
Apuí (AM), 18 de Dezembro de 2024					Assinatura:				

protocolo@sema.am.gov.br
Fone: (92) 3659-1822
Av. Mário Ypiranga, 3280 –
Parque 10 – Manaus/AM

meioambiente.am.gov.br
instagram: @semaamazonas
youtube.com/semaamazonas

Secretaria do
Meio Ambiente